



**FORMAÇÃO DOCENTE E ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA:
IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LINHA DE PESQUISA NO MESTRADO
PROFISSIONAL**

**TEACHER TRAINING AND MEDIA LITERACY: IMPLEMENTING A
RESEARCH LINE IN THE PROFESSIONAL MASTER'S PROGRAM**

André Amaral Gonçalves Bianco¹

Resumo: A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) é essencial para a formação de cidadãos críticos, aptos em habilidades técnicas e na avaliação de informações, incluindo a avaliação de informações – estas éticas – e em detectar desinformações. Propõem-se a criação e o estudo de implementação de uma linha de pesquisa e disciplina de AMI ao Mestrado Profissional em Educação Básica (MEPEB). O objetivo é capacitar futuros professores a planejar propostas pedagógicas que integrem a AMI ao currículo da Educação Básica. A metodologia adotada será a Pesquisa Baseada em Design, de abordagem qualitativa e com foco nos estudantes do MEPEB, por meio de um Estudo de Caso sobre a implementação da disciplina e da linha de pesquisa no referido Mestrado. O projeto se estrutura em quatro etapas (Diagnóstico, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação), utilizando questionários, observação e análise das Propostas Pedagógicas Finais para a coleta de dados, que serão analisados pela Análise de Conteúdo de Bardin.

Palavras-chave: Alfabetização midiática e Informacional; Ensino Básico; Mestrado Profissionalizante; Pesquisa Baseada em Design; Currículo.

Abstract: Media and Information Literacy (MIL) is essential for the formation of critical citizens, skilled in technical abilities and in evaluating information, including ethical information, and in detecting misinformation. This project proposes the creation and study of the implementation of a MIL research line and discipline within the Professional Master's Program in Basic Education (MEPEB). The objective is to empower future teachers to plan pedagogical proposals that integrate MIL into the Basic Education curriculum. The methodology adopted will be Design-Based Research, with a qualitative approach and focusing on MEPEB students, through a case study on the implementation of the discipline and research line in the aforementioned Master's program. The project is structured in four stages (Diagnosis, Development, Implementation, and Evaluation), using questionnaires, observation, and analysis of the Final Pedagogical Proposals for data collection, which will be analyzed using Bardin's Content Analysis.

Keywords: Media and Information Literacy; Basic Education; Professional Master's Degree; Design-Based Research; Curriculum.

1 Introdução

As mídias desempenham um papel central na sociedade contemporânea, e transformam profundamente as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas. Desde o advento da televisão até a revolução digital proporcionada pela internet e pelas redes sociais, as mídias se tornaram instrumentos imprescindíveis para a comunicação e

¹ Pós-Doutor, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Diadema, São Paulo, Brasil. E-mail: andre.bianco@unifesp.br



disseminação de informações. Com a chegada das plataformas digitais, a produção e o consumo de conteúdo passaram a ser amplificados, convertendo-se num espaço interativo em que o cidadão também é produtor de informação. Esse fenômeno alterou a forma como as pessoas interagem, aprendem, relacionam-se e se posicionam politicamente, criando um ecossistema informacional.

Percebe-se que todos estão imersos em um fluxo incessante de informações que circulam globalmente em tempo real. A velocidade e a quantidade de dados disponíveis alteraram a natureza das relações sociais e afetaram o processo de formação de opinião, com as redes sociais desempenhando um papel decisivo na construção da realidade social de milhões de indivíduos. Ao mesmo tempo, as mídias digitais avultaram fenômenos como a desinformação, a polarização política e o discurso de ódio, criando um ambiente em que as fronteiras entre fato e ficção muitas vezes se tornam tênues. A produção e a disseminação de notícias falsas, manipulação de narrativas e a formação de bolhas informacionais são alguns dos efeitos adversos dessa nova configuração. Tais mudanças têm repercutido diretamente no cotidiano dos cidadãos, que são cada vez mais desafiados a separar fontes confiáveis de fontes enganosas, a refletir criticamente sobre o conteúdo consumido e a agir de forma responsável no espaço digital.

Nesse contexto, a alfabetização midiática e informacional (AMI) surge como uma resposta urgente para a formação de cidadãos críticos e participativos. A AMI não se limita ao aprendizado de habilidades tecnológicas, mas envolve a capacidade de acessar, avaliar, interpretar e criar informações de forma ética e responsável (Grizzle *et al.* 2016). Trata-se de uma competência essencial, pois, diante da abundância de informações disponíveis, torna-se imprescindível que os indivíduos saibam distinguir o que é relevante, verdadeiro e útil para suas decisões e para a construção do conhecimento. A alfabetização midiática também prepara o cidadão para atuar de forma crítica nas mídias, compreendendo o poder de persuasão e as implicações sociais de cada mensagem, seja ela proveniente de veículos tradicionais de comunicação ou de plataformas digitais. Ao promover uma educação voltada para a reflexão sobre os meios de comunicação, a AMI contribui para o fortalecimento da cidadania consciente, capaz de dialogar, de argumentar de maneira fundamentada e de tomar decisões informadas no processo democrático.

A implementação da AMI na formação docente tem ganhado contornos práticos em diversas instituições de ensino superior, servindo de baliza para a proposta do MEPEB na Unifesp. Em seu trabalho de revisão, Cortes *et al.* (2018) investigaram as pesquisas que exploraram a relação entre Educomunicação e Formação docente, Educação



mediática e Formação docente, nacional e internacionalmente, no período de 1997 a 2017, e confirmaram a escassez de trabalhos nacionais e internacionais que contribuem com reflexões para a formação docente no âmbito de uma cultura digital. Entretanto, há iniciativas interessantes de estudo das mídias desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do grupo de pesquisa Comunic, na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). A UAB tem sido pioneira com o Mestrado em Comunicação e Educação, cujos estudos de caso reforçam que a formação continuada em AMI reduz a passividade dos professores diante das tecnologias educacionais impostas pelo mercado, permitindo que eles atuem como autores de seus próprios recursos midiáticos. Essas experiências corroboram a tese de que a inclusão de uma disciplina similar na Unifesp pode catalisar um efeito multiplicador: ao formar mestrandos que já atuam na rede pública, a universidade promove uma ingerência direta no cotidiano escolar, capacitando-os a desenhar projetos de intervenção que dialoguem com a realidade de seus alunos e com as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A inserção da AMI nas escolas é fundamental, pois a educação formal tem um papel crucial no desenvolvimento dos indivíduos, não apenas no que diz respeito à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também à construção de habilidades sociais e culturais. Ao integrar a AMI nos currículos escolares, as instituições de ensino proporcionam aos estudantes a base necessária para entender o impacto das mídias em suas vidas e na sociedade como um todo. Além disso, essa educação deve ser inclusiva, para que todos os cidadãos, independentemente de classe social, etnia ou região, tenham acesso às ferramentas essenciais para navegar de maneira crítica no universo midiático. A escola se torna um espaço privilegiado para que os estudantes desenvolvam competências que vão além do saber técnico, englobando a compreensão ética e reflexiva sobre o consumo e a produção de conteúdo.

No Brasil, a AMI é aludida na BNCC, refletindo a preocupação em oferecer aos estudantes brasileiros uma formação para a cidadania, por meio do desenvolvimento do senso crítico e capacitando-os para atuarem de maneira ética e responsável no ambiente digital (BNCC, 2025). A BNCC busca fomentar a integração das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem, reconhece a importância de preparar os estudantes para um mundo saturado de informações e influências midiáticas, o que inclui a promoção de habilidades relacionadas à AMI.



Na BNCC, a AMI é abordada de maneira transversal, como parte da formação integral dos estudantes, com destaque para as habilidades imprescindíveis para compreender, analisar e criar conteúdo em diferentes formatos, com ênfase na reflexão crítica sobre as informações que circulam na sociedade. A presença de tecnologias e mídias na educação é tratada de forma a garantir que o estudante tenha competências para além da utilização das ferramentas digitais; sendo capaz de desenvolver um olhar crítico sobre a maneira como essas ferramentas podem ser manipuladas para influenciar suas percepções e ações.

A BNCC enfatiza que a competência para lidar com a informação deve ser desenvolvida ao longo de toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, e inclui, entre seus objetivos, a capacidade de avaliar e criar conteúdo de forma responsável. Este enfoque reconhece a necessidade de que os estudantes, além de se apropriarem das tecnologias para fins pedagógicos, sejam também educados para distinguir fontes confiáveis de outras duvidosas, desenvolver habilidades de análise crítica e entender os impactos sociais, políticos e culturais das informações que consomem e compartilham.

Especificamente, a BNCC integra a AMI nas áreas de Linguagens e Códigos, destacando a importância da formação de leitores críticos e produtores de mensagens que possam se comunicar de forma efetiva e ética em uma sociedade midiática. A educação deve possibilitar que os estudantes compreendam como a informação é construída, interpretada e disseminada nas diversas plataformas digitais e como isso afeta suas relações sociais e políticas. Além disso, é defendida na BNCC que as escolas devem ser ambientes onde se desenvolvem competências para o uso responsável e consciente das mídias, em que se promova a autonomia dos estudantes para tomar decisões informadas.

Esse enfoque sugere a necessidade de educar para o pensamento crítico, a fim de formar indivíduos aptos ao consumo, à produção e ao questionamento da informação. A ideia é que, ao final da educação básica, os estudantes consigam utilizar as tecnologias de forma criativa e crítica, desenvolver uma compreensão ética do seu uso e perceber as implicações do consumo e da produção de informação no âmbito social, político e cultural.

Para atender a essas diretrizes e garantir a implementação efetiva da AMI nas escolas, é fundamental que os cursos de formação de professores integrem a AMI de forma sólida e contínua. Primeiramente, é necessário que os professores sejam formados



com a consciência de que a AMI vai além de ensinar o uso de ferramentas digitais, abrangendo também o desenvolvimento de habilidades críticas, analíticas e reflexivas.

No cenário internacional, a AMI também tem se consolidado como uma competência essencial para a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente em uma sociedade cada vez mais mediada por fluxos intensos de informação e comunicação digital. Em um mundo marcado por transformações tecnológicas aceleradas, pela reconfiguração dos modos de acesso ao conhecimento e pela crescente influência das mídias na vida cotidiana, organizações internacionais reconhecem a urgência de inserir a AMI como parte integrante das políticas educacionais, tanto na educação básica quanto na formação de professores.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma das instituições que mais contribui para a construção conceitual e estratégica da AMI em nível global. Em 2016, a UNESCO publicou o documento "Alfabetização Midiática e Informacional: Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias", no qual defende que a AMI deve ser compreendida como um direito humano fundamental no século XXI. O texto enfatiza que, diante da multiplicidade de fontes, da proliferação de desinformação e da crescente manipulação de discursos nas plataformas digitais, a capacidade de compreender criticamente a informação, de avaliar a veracidade dos conteúdos e de produzir conhecimento de maneira ética, torna-se vital para a preservação da democracia, da liberdade de expressão e do pluralismo cultural.

A UNESCO propõe que os países desenvolvam políticas públicas de alfabetização midiática e informacional integradas às suas estruturas educacionais. Entre as recomendações estão: a inclusão da AMI nos currículos da educação básica; a formação contínua de professores com foco nas competências midiáticas e informacionais; o estímulo à cooperação entre os setores público e privado; e, o fortalecimento da sociedade civil como agente promotor do pensamento crítico. A instituição destaca ainda a importância de garantir o acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação, de forma que todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou localização geográfica, possam usufruir dos benefícios de uma educação crítica à mídia e à informação.

Outras organizações internacionais, como a Comissão Europeia, também reforçam a necessidade de implementar a AMI como eixo central das políticas educacionais. Em suas diretrizes para a educação digital (EUROPEAN COMMISSION, 2025), a Comissão aponta que a competência informacional é uma das chaves para a



formação de estudantes autônomos, aptos a lidar com os desafios da era digital, e alerta que o combate à desinformação deve começar nas escolas, por meio de ações pedagógicas que estimulem o julgamento crítico e o engajamento cidadão. Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao longo de suas avaliações internacionais de aprendizagem, como o PISA (OECD, 2025), tem incluído indicadores relacionados à leitura crítica e à compreensão de textos multimodais, reconhecendo que a capacidade de interpretar mensagens em diferentes mídias é uma habilidade fundamental para a aprendizagem ao longo da vida.

A integração da AMI nos cursos de formação de professores é apontada por essas instituições como uma medida prioritária. Os professores são reconhecidos como agentes estratégicos na mediação entre os estudantes e os meios de comunicação e sua formação deve ir além do domínio técnico das ferramentas digitais. É necessário que os docentes compreendam as implicações sociais, políticas e culturais do uso da informação e da mídia, e valorizem o questionamento, a análise crítica e o uso ético dos recursos informacionais. A UNESCO, por exemplo, publicou o Currículo de Competência em Alfabetização Midiática e Informacional para Professores (Wilson *et al.* 2011), um guia que orienta como as instituições formadoras podem estruturar programas educacionais voltados para a AMI, contemplando desde a compreensão do papel das mídias na sociedade até práticas pedagógicas centradas na produção responsável de conteúdo.

No contexto internacional, a AMI é compreendida não apenas como uma inovação pedagógica, mas como uma resposta estrutural aos desafios do século XXI. Sua incorporação às políticas públicas educacionais e aos programas de formação docente tem sido defendida por instituições globais como um caminho para o fortalecimento da cidadania, para a construção de sociedades resilientes à manipulação da informação e para a promoção de uma cultura de paz, diálogo e respeito à diversidade. A ausência dessa perspectiva crítica no ensino compromete a capacidade dos indivíduos de atuarem de forma consciente no mundo contemporâneo e enfraquece os pilares democráticos que sustentam o convívio social em contextos de pluralismo informacional. Assim, inserir a AMI nos sistemas educacionais é investir na qualidade da educação e no futuro ético, político e cultural das sociedades globais.

Postula-se que as sociedades que não oferecerem essa discussão e formação enfrentarão sérios riscos. Sem a alfabetização adequada, os cidadãos podem se tornar mais suscetíveis à manipulação midiática, à desinformação e aos discursos polarizadores, prejudicando a qualidade do debate público e a coesão social. A falta de educação crítica



em relação às mídias pode resultar na formação de indivíduos passivos, que não questionam as narrativas que lhes são apresentadas, o que enfraquece a democracia e limita o potencial de transformação social. Além disso, a ausência de AMI pode agravar a desigualdade social, uma vez que as camadas mais vulneráveis da população podem ficar à margem da compreensão profunda sobre como as mídias moldam as relações de poder, as identidades sociais e as políticas públicas.

Portanto, a AMI é mais do que habilidade técnica, é um imperativo para a construção de sociedades justas, democráticas e informadas. Ela se configura como um pilar essencial para o fortalecimento da cidadania e para a preservação dos direitos humanos em um mundo cada vez mais interconectado e complexo. Ao oferecer aos cidadãos as ferramentas para navegar de forma crítica e responsável pelas informações que consomem, as sociedades estarão mais preparadas para enfrentar os desafios impostos pela rápida evolução das mídias e pela globalização digital.

A compreensão da AMI como um direito humano fundamental, conforme postulado pela UNESCO, redefine o papel da educação e do Estado na era da conectividade global. Ao elevar a AMI a esse *status* se reconhece que a capacidade de buscar, receber e compartilhar informações de maneira crítica não é apenas uma competência técnica desejável, mas um pré-requisito para o exercício da liberdade de expressão e para a participação plena na vida democrática. No entanto, para a efetivação desse direito é necessário ultrapassar a barreira estrutural do fosso digital, que precede a própria interpretação do conteúdo. O acesso à internet, cada vez mais defendido como um direito universal, constitui a infraestrutura física e social sobre a qual a cidadania contemporânea é construída. Sem a garantia de conexão estável, equitativa e de qualidade, grandes parcelas da população permanecem em um estado de exclusão informacional, o que aprofunda as desigualdades históricas e impede que a AMI atinja seu potencial emancipador.

Essa interdependência entre o acesso técnico e a capacidade crítica deve ser o eixo central da formação docente robusta. Não é suficiente que o professor aprenda a analisar discursos se ele não estiver preparado para lidar com a realidade de estudantes que possuem diferentes níveis de acesso tecnológico ou que são dependentes de plataformas que limitam sua navegação por meio do *zero rating*. A formação em AMI precisa instrumentalizar o docente para que ele atue como mediador capaz de denunciar as disparidades digitais e, simultaneamente, desenvolva estratégias pedagógicas que contornem essas limitações. Ao encarar a internet como um direito universal, a educação



passa a focar em "como usar", "quem pode usar" e "sob quais condições", transformando a alfabetização midiática em uma ferramenta de luta por justiça social. Quando a AMI e o acesso universal caminham juntos, a escola cumpre sua função de mitigar a vulnerabilidade dos indivíduos frente à desinformação, garantindo que o direito humano à informação não seja um privilégio de poucos, mas uma salvaguarda para a dignidade de todos os cidadãos no ecossistema digital.

A proposta de uma linha de pesquisa em AMI no Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica (MEPEB), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), surge neste contexto. O primeiro passo para a sua concretização será a oferta da disciplina Alfabetização Midiática e Informacional na Educação Básica, na linha de pesquisa *Educação em Ciências da Natureza e suas Tecnologias* do MEPEB. A linha de pesquisa e a disciplina estão alinhadas às necessidades da educação contemporânea e visam contribuir para a formação de professores capazes de atuar criticamente diante dos desafios educacionais impostos pela cultura digital, pela desinformação e pela crescente influência midiática na sociedade. Em uma sociedade marcada por intensos fluxos informacionais e pelo uso generalizado das tecnologias de comunicação, a escola ocupa lugar estratégico na promoção de práticas educativas que estimulem o uso ético da informação e o desenvolvimento de competências de leitura crítica das mídias.

Propõe-se uma abordagem dual para a AMI no MEPEB, estruturando-a simultaneamente como uma linha de pesquisa e como uma disciplina. Embora complementares, essas instâncias possuem naturezas distintas: enquanto a linha de pesquisa foca na investigação e produção de conhecimento, a disciplina se volta à formação e intervenção pedagógica direta.

A AMI como linha de pesquisa: produção de conhecimento

A configuração da AMI como linha de pesquisa no MEPEB visa consolidar o programa como um polo de produção de tecnologias educacionais aplicadas. Seu objetivo primordial é a investigação científica de fenômenos contemporâneos e a criação de soluções rigorosas para problemas do cotidiano escolar.

Foco Investigativo

A linha de pesquisa se dedica a compreender a complexidade do ecossistema informacional, analisando fenômenos como o impacto da desinformação, a arquitetura dos algoritmos e as práticas de letramento digital de adolescentes.



Desenvolvimento de Produtos

Diferente de uma disciplina teórica comum, a linha de pesquisa em um mestrado profissional exige a criação de objetos de *design* ou produtos educacionais de alta aplicabilidade, como aplicativos, guias didáticos e manuais de boas práticas, validados cientificamente.

Rigor Metodológico

A produção de conhecimento nesta esfera é sustentada pela Pesquisa Baseada em Design (PBD), que permite testar e refinar intervenções curriculares em ciclos iterativos, transformando a sala de aula em um laboratório de experimentação teórica e prática.

A AMI como disciplina: formação e intervenção

Como disciplina, a AMI atua como o braço operacional e formativo, sendo o primeiro passo para a concretização da linha de pesquisa. O foco, aqui, é a capacitação docente para que os professores atuem como mediadores críticos na Educação Básica.

Transposição Didática

A disciplina promove a conversão de temas complexos (como economia da atenção e fluxos informacionais) em instrumentos pedagógicos palpáveis para o uso em sala de aula.

Capacitação Técnica e Ética

O objetivo é instrumentalizar o professor para o uso de ferramentas digitais e desenvolvimento de habilidades analíticas, éticas e reflexivas que permitam desconstruir narrativas e promover a autonomia dos estudantes.

Intervenção Curricular

A disciplina visa a implementação direta de mudanças no currículo escolar, alinhando-se às competências da BNCC para garantir que a alfabetização midiática deixe de ser apenas uma teoria e se torne uma prática transversal em áreas como Linguagens e Ciências.

2 Objetivo

O objetivo é capacitar os estudantes do MEPEB para o planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas que integrem os fundamentos da AMI ao currículo da educação básica. O conteúdo abordado inclui conceitos fundamentais da AMI, políticas públicas nacionais e diretrizes internacionais (como os referenciais da



UNESCO), fenômenos da desinformação e das bolhas informacionais, a atuação dos algoritmos na mediação do conhecimento e implicações da cidadania digital.

3 Metodologia

A metodologia combinará estudos teóricos, análises críticas de materiais midiáticos (como notícias, vídeos, postagens em redes sociais e memes), aulas práticas e elaboração de projetos midiáticos voltados aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio. Para Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa engloba cinco características: a fonte direta dos dados é um ambiente natural; natureza descritiva da pesquisa (os dados são referidos em forma de palavras ou imagens e não de números); ênfase no processo (e não aos resultados); análise indutivista; valorização do significado.

A Pesquisa Baseada em Design (PBD) será aplicada a um recorte empírico constituído das duas primeiras turmas da disciplina Alfabetização Midiática e Informacional, do Mestrado Profissional em Educação Básica, em caráter exploratório e de implementação inicial, com uma estimativa de 20 estudantes.

A etapa de desenvolvimento da PBD foca na construção e refinamento do plano de ensino da disciplina Alfabetização Midiática e Informacional, configurando-se como o principal produto educacional a ser testado e validado. Esse processo de *design* não se restringe à mera organização de conteúdos, mas à criação de um artefato pedagógico complexo que integra teorias críticas, metodologias ativas e ferramentas digitais para responder aos desafios da cultura digital na educação básica. O desenvolvimento se inicia com a prototipagem de uma sequência didática que abrange desde a análise de fenômenos como a desinformação e os algoritmos até a produção ética de conteúdos multimodais pelos mestrandos. O produto de *design* é, portanto, um currículo dinâmico e interventivo, desenhado para funcionar como um modelo replicável que os professores em formação possam adaptar às suas próprias realidades escolares.

Ao detalhar o que será desenvolvido, prevêem-se a elaboração de materiais de apoio, critérios de avaliação baseados em competências da AMI e roteiros de atividades práticas que utilizam fontes do cotidiano midiático, como memes e redes sociais, em objetos de estudo. Este esboço do produto busca alinhar os objetivos de aprendizagem às diretrizes da BNCC e da UNESCO, a fim de garantir que a intervenção pedagógica possua rigor teórico e aplicabilidade prática. Durante esta fase, este pesquisador atuará no *design* de ambientes de aprendizagem que favoreçam a reflexividade e a interação social,



permitindo que o plano de ensino seja ajustado continuamente a partir do *feedback* dos participantes e das observações coletadas no ambiente natural da sala de aula. Assim, o produto da PBD, nesta investigação, será uma estrutura curricular validada empiricamente, capaz de mediar a formação de professores para que eles se tornem agentes multiplicadores da alfabetização midiática e informacional em seus contextos de atuação.

Os ciclos de *feedback* da PBD serão fundamentais para a calibração dos critérios de avaliação, para se certificar que eles migrem de uma verificação meramente técnica para uma aferição profunda da reflexividade crítica dos mestrandos. Durante a implementação das duas primeiras turmas, cada atividade proposta no plano de ensino funcionará como um microciclo de teste, no qual a observação participante e as produções dos alunos fornecerão dados imediatos sobre a clareza e a eficácia dos parâmetros avaliativos estabelecidos inicialmente. Se, por exemplo, um critério focado na capacidade de identificar desinformação resultar em análises superficiais, o *feedback* coletado em sala de aula permitirá que o pesquisador ajuste esse indicador para exigir uma investigação mais complexa sobre a arquitetura dos algoritmos e o financiamento das narrativas, refinando o instrumento de avaliação para o ciclo subsequente.

Essa abordagem iterativa permite que os critérios de avaliação sejam construídos e validados pela prática, reconhecendo a diversidade de perspectivas dos professores em formação (Flick, 2009). Ao final de cada unidade temática, o pesquisador analisará as dificuldades encontradas pelos estudantes para interpretar e criar conteúdo, e utilizará essas evidências para reformular as rubricas de avaliação, tornando-as mais precisas quanto às competências de ética e responsabilidade no espaço digital. Esse processo garante que o produto da pesquisa – o plano de ensino e seus instrumentos avaliativos – não seja uma estrutura estática, mas um modelo robusto e testado que reflete as reais necessidades da educação básica. Assim, o *feedback* contínuo transforma a avaliação em um componente de *design* vivo, capaz de mensurar não apenas o acúmulo de conhecimento, mas a evolução do posicionamento crítico e cidadão dos participantes diante do ecossistema informacional.

De acordo com Mol (2017), “*a pesquisa qualitativa compreende a ciência como uma área do conhecimento que é construída pelas interações sociais no contexto sociocultural que as cercam*”; e Flick (2009) destaca que assimilação de métodos e teorias, perspectivas dos participantes e sua diversidade, reflexividade do pesquisador e



da pesquisa, variedade de abordagens e métodos são os aspectos centrais da pesquisa qualitativa.

3.1 Natureza e Abordagem da Pesquisa

A pesquisa será de natureza predominantemente qualitativa, com elementos quantitativos pontuais. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica por ser a mais adequada para compreender a complexidade dos processos de formação de professores, as percepções e as mudanças nas práticas pedagógicas dos estudantes do MEPEB. O foco não está apenas no produto (as propostas pedagógicas), mas também nos processos de reflexão, apropriação dos fundamentos da AMI e desenvolvimento da capacidade de planejamento. Os elementos quantitativos (como a análise de frequência de respostas em questionários e o *survey* inicial) serão utilizados para contextualizar o grupo e subsidiar a discussão qualitativa dos dados.

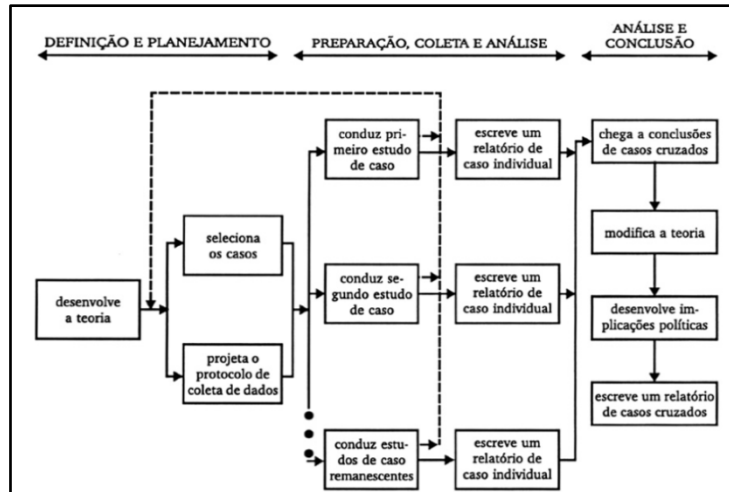
3.2 Tipo de Pesquisa/Delineamento

O estudo será caracterizado como Pesquisa Baseada em Design (PBD), com um forte componente de Estudo de Caso Múltiplo (os estudantes/turmas do MEPEB).

A PBD envolve metodologia intervencionista aliada a aspectos teóricos da pesquisa em educação com a prática educacional. Na área de pesquisa em ensino de ciências, a PBD tem sido usada para planejar, implementar e avaliar sequências de ensino aprendizagem de conteúdos específicos (Botelho Kneubil; Pietrocola, 2017).

O estudo de caso é uma estratégia metodológica aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. O seu objetivo é compreender uma situação, descrevê-la e interpretá-la (Martins, 2008). O estudo de caso pode ser único, quando o autor descreve um caso decisivo para testar uma teoria bem formulada, ou múltiplo, o qual obedece a uma lógica de replicação, e não a da amostragem. A Figura 1 apresenta um fluxograma elaborado por Yin (2001), para o desenvolvimento de um estudo de caso múltiplo.

Figura 1: Etapas do desenvolvimento de estudo de caso múltiplo



Fonte: Yin, 2001

O estudo de caso múltiplo se estabelece como uma estratégia investigativa que transcende a análise singular, buscando a replicação da lógica de pesquisa em diversas unidades distintas, e não meramente a amostragem de casos. Essa abordagem tem como propósito central a comparação analítica, onde a investigação aprofundada de cada caso (análise intracaso) é sucedida pela busca sistemática de convergências e divergências entre eles (análise intercaso). O valor dessa metodologia reside em sua capacidade de conferir robustez e confiabilidade aos achados, pois a recorrência de um padrão ou a clareza de uma variação, observadas em múltiplos contextos, expande significativamente o poder de generalização teórica do estudo, oferecendo uma base sólida para a construção ou expansão de proposições conceituais que resistam à dependência de um único cenário.

O delineamento seguirá as etapas típicas da pesquisa de desenvolvimento:

3.2.1 Estudo Exploratório (Diagnóstico):

Mapeamento das concepções iniciais dos estudantes do MEPEB sobre AMI e suas demandas de formação.

3.2.2 Desenvolvimento da Intervenção:

A implementação de uma disciplina dedicada à AMI, no MEPEB, se configura em inovação curricular e resposta técnica e ética às diretrizes internacionais e nacionais de educação. Ao fundamentar-se nos marcos teóricos da UNESCO, a disciplina assume a premissa de que a competência informacional é um direito humano fundamental e um pré-requisito para a participação democrática no século XXI. Essa justificativa ganha



densidade ao alinhar-se às políticas públicas brasileiras, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preconiza o desenvolvimento da cultura digital e do pensamento crítico. A criação deste produto educacional visa contribuir para a aproximação da teoria acadêmica à prática em sala de aula, transformando conceitos de cidadania digital em instrumentos pedagógicos palpáveis.

A articulação entre o referencial teórico e a estrutura da disciplina ocorre por meio da transposição didática de temas complexos, como a economia da atenção e a arquitetura dos algoritmos, para o cotidiano do professor pesquisador. Ao utilizar os parâmetros de avaliação propostos pela UNESCO, a disciplina não se limita ao ensino técnico de ferramentas, mas promove uma reflexão profunda sobre a ética na produção e no consumo de conteúdo. Assim, a justificativa para tal componente curricular reside na urgência de capacitar o docente para atuar como um mediador crítico, capaz de desconstruir narrativas desinformativas e de fomentar nos estudantes a autonomia necessária para eles transitarem em ambientes digitais saturados de informações. Essa base teórica sólida sustenta a criação de instrumentos de avaliação que valorizem a autoria e a reflexividade, garantindo que o produto da disciplina seja uma intervenção real e transformadora na educação básica.

3.2.3 Implementação e Acompanhamento:

Aplicação da disciplina e coleta de dados durante e após as aulas.

3.2.4 Avaliação e Refinamento:

Análise das propostas pedagógicas desenvolvidas pelos estudantes e avaliação da eficácia do módulo de formação, com sugestões de refinamento.

3.3 Locus da Pesquisa e Participantes (Sujeitos)Locus

O estudo será conduzido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Básica (MEPEB) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Especificamente, as atividades de intervenção ocorrerão em uma disciplina obrigatória do currículo que tratará de Metodologia do Ensino e Tópicos Especiais em Formação de Professores. Os participantes do estudo serão os estudantes regularmente matriculados na disciplina selecionada do MEPEB durante o período da pesquisa. Todos os estudantes matriculados na referida disciplina, que aceitarem participar voluntariamente da pesquisa, nela serão



incluídos. Será realizada amostra por conveniência - definida pelo número de estudantes da disciplina, estimado em 15 estudantes-pesquisadores, em sua maioria professores em atuação ou em formação inicial/continuada.

3.4 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados será realizada em três momentos principais, utilizando instrumentos variados para triangulação:

Quadro 1: coleta de dados

Momento	Instrumento de Coleta	Descrição e Objetivo
I. Diagnóstico (Pré-Intervenção)	Questionário <i>Survey</i> Inicial	Instrumento semiestruturado para mapear o conhecimento prévio dos participantes sobre os conceitos de AMI (desinformação, algoritmos, bolhas) e suas experiências de uso crítico de mídias/informação em sala de aula.
II. Durante a Intervenção	Observação e Diário de Campo	Registro detalhado das interações, debates e reflexões dos estudantes durante as sessões do Módulo de Formação, com ênfase nas dificuldades e <i>insights</i> sobre a integração da AMI ao currículo de Ciências/Matemática.
III. Pós-Intervenção (Produto)	Propostas Pedagógicas Finais	Produto central da pesquisa. Análise documental detalhada das propostas pedagógicas desenvolvidas pelos estudantes, verificando a clareza dos objetivos, a fundamentação em AMI e a coerência metodológica para aplicação na Educação Básica.
	Entrevistas Focais/Semiestruturadas	Realizadas ao final do módulo com um subgrupo de participantes. O roteiro de perguntas focará na avaliação do Módulo de Formação e nas percepções sobre a mudança em sua capacidade de planejar e abordar a AMI em sua prática futura.

Fonte: autor

3.5 Procedimentos de Intervenção

3.5.1 Módulo de Formação em AMI

A intervenção será a aplicação da disciplina Alfabetização Midiática e Informacional na Educação Básica (AMI), estruturada em encontros semanais, com 60 h de carga horária (4 créditos). O conteúdo da disciplina será dividido em unidades:

Unidade 1: Fundamentos da Alfabetização Midiática e Informacional

Conceitos de alfabetização midiática e informacional (UNESCO, UNESCO MIL, *frameworks* internacionais e nacionais). História, princípios e diretrizes da AMI. Diferença entre letramento digital, informacional e midiático. AMI no contexto da BNCC e da legislação educacional brasileira.

Unidade 2: Ecossistema informacional contemporâneo



Cultura digital, redes sociais e fluxos de informação. Algoritmos, bolhas informacionais e desinformação. *Fake news*, *deepfakes*, discurso de ódio e infodemia. Educação crítica para o consumo e a produção de conteúdos digitais.

Unidade 3: Mídia e educação

O papel da mídia na construção da opinião pública e da cidadania. Representações midiáticas de grupos sociais e seus impactos na escola. Práticas pedagógicas com uso da mídia (cinema, rádio, TV, *podcast*, redes sociais). Mediação docente e leitura crítica da mídia no ambiente escolar.

Unidade 4: Competências informacionais na prática educativa

Fontes de informação, curadoria e verificação de dados. Ética na pesquisa, no uso e no compartilhamento da informação. Metodologias ativas e o uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) em sala de aula. Projetos interdisciplinares e avaliação de competências em AMI.

Unidade 5: Planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas em AMI

Elaboração de sequências didáticas integrando AMI aos componentes curriculares. Criação de objetos de aprendizagem com base em mídias e fontes de informação. Avaliação crítica de materiais didáticos e recursos midiáticos. Produção de projetos de intervenção na escola com foco em AMI.

3.5.2 Análise Crítica

A análise da desinformação em temas de Ciências e Matemática exige distinção clara entre as camadas que compõem esse fenômeno, permitindo que a pesquisa no MEPEB não se perca em generalidades e foque na intervenção pedagógica. Sob a ótica do problema social, a desinformação se manifesta como uma crise de confiança institucional e de saúde pública, em que a circulação de notícias falsas sobre vacinas ou a negação de fatos científicos por meio de gráficos propositalmente manipulados compromete a estabilidade democrática e o bem-estar coletivo. Esse cenário é agravado pela atuação algorítmica das plataformas digitais que, ao priorizarem o engajamento em detrimento da veracidade, confinam os indivíduos em bolhas informacionais que reforçam vieses cognitivos e dificultam o acesso ao contraditório fundamentado.

Ao transpor essa realidade para o ambiente escolar, identifica-se o problema educacional: a fragilidade do letramento científico e midiático de estudantes e professores, que, muitas vezes, não possuem o arcabouço técnico para decodificar a



linguagem matemática instrumentalizada ou para compreender os critérios de autoridade da ciência. A escola, tradicionalmente focada na transmissão de conteúdos estáticos, encontra dificuldade em lidar com o dinamismo das redes sociais, resultando em uma lacuna pedagógica onde o estudante consome informação científica sem os filtros críticos necessários para distinguir o dado legítimo da narrativa pseudocientífica.

Finalmente, emerge o problema de pesquisa, que reside na investigação de como a AMI pode ser metodologicamente estruturada para reverter essa vulnerabilidade no contexto do ensino básico. O foco investigativo não é apenas constatar que as *fake news* existem, mas analisar quais estratégias didáticas baseadas na PBD são eficazes para desenvolver a autonomia do mestrando e, conseqüentemente, do estudante. Nesta pesquisa, buscar-se-á compreender de que maneira a análise crítica de gráficos manipulados e do funcionamento dos algoritmos pode ser integrada ao currículo de modo a transformar a percepção do estudante, passando-o de um receptor passivo de conteúdos em bolhas informacionais para um analista crítico capaz de checar evidências e interpretar dados científicos em sua complexidade social.

3.5.3 Planejamento Pedagógico (Prática I)

Apresentação de modelos de propostas pedagógicas de AMI. Início da elaboração, em grupos, de um Esboço de Proposta Pedagógica.

3.5.4 Desenvolvimento e Orientação (Prática II)

Sessões de orientação individual ou em grupo para o desenvolvimento final das Propostas Pedagógicas (o produto do curso).

3.5.5 Apresentação e Avaliação

Apresentação das propostas pelos estudantes e avaliação por pares, seguida de discussão coletiva e entrega da versão final para análise do pesquisador.

3.6 Análise dos Dados

Os dados serão tratados conforme sua natureza:



3.6.1 Dados Qualitativos (Diário de Campo, Entrevistas, Propostas Pedagógicas)

Serão submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), organizada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência. Categorias de análise serão emergentes e *a priori*, incluindo: a) Domínio Conceitual de AMI; b) Capacidade de Integração Curricular; c) Visão Crítica da Desinformação; d) Implicações para a Cidadania Digital.

3.6.2 Dados Quantitativos (Survey Inicial)

Serão tratados com Estatística Descritiva (frequência absoluta e relativa, médias), visando fornecer um panorama do perfil e dos conhecimentos prévios do grupo.

3.7 Aspectos Éticos

O projeto será submetido à Plataforma Brasil, para a apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp, seguindo a Resolução 466/2012 e suas complementares. A pesquisa somente será iniciada após o parecer favorável. Todos os participantes serão informados sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a voluntariedade, o anonimato e o direito de desistência a qualquer momento.

4 Resultados

Os resultados esperados incluem a formação de professores pesquisadores comprometidos com a prática docente crítica, reflexiva e socialmente engajada, ampliando sua capacidade de intervir pedagogicamente frente aos desafios contemporâneos da educação. Projetos de pesquisa qualitativa, seminários de aprofundamento e avaliações que valorizem a aplicação prática e a reflexão crítica dos mestrandos podem ser aprimorados para complementar o conteúdo da disciplina e proporcionar-lhes um ambiente rico para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos educacionais que façam a diferença na prática pedagógica, fortalecendo a atuação da escola como um espaço de formação crítica e cidadã.

A integração da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Básica (MEPEB), projeta contribuições que transcendem a formação individual do mestrando, consolidando-se como um modelo de



inovação institucional e social. Para o MEPEB, a implementação desta linha de pesquisa fortalece a identidade do programa como um polo de produção de tecnologias educacionais aplicadas, uma vez que a exigência de produtos educacionais de alta aplicabilidade – como guias didáticos, aplicativos de *fact-checking* e roteiros para análise de memes – alimenta diretamente o repositório de soluções pedagógicas da instituição. Essa produção intelectual qualifica o programa perante os órgãos de avaliação, demonstrando um compromisso direto com a resolução de problemas contemporâneos, como a desinformação e a polarização no ambiente escolar. Além disso, a metodologia baseada em seminários de aprofundamento e na Pesquisa Baseada em Design estabelece dentro do mestrado um padrão de reflexividade que transforma a sala de aula em um laboratório vivo de experimentação curricular, e permite que a teoria de autores, como Flick, Bogdan e Biklen, seja testada e validada em cenários reais da escola pública.

Para além do MEPEB, os resultados alcançados oferecerão subsídios valiosos para outras instituições de ensino e para a formulação de políticas públicas voltadas à educação continuada. Ao disponibilizar materiais validados cientificamente, a pesquisa permite a outras redes de ensino replicarem metodologias de enfrentamento à desinformação sem a necessidade de começar do zero. Instituições parceiras e escolas da rede básica poder-se-ão beneficiar da chegada de profissionais com visão crítica e ética sobre o uso das mídias, o que eleva o patamar do debate sobre cidadania digital no currículo escolar. Essa circulação de conhecimento, mediada pela produção de *e-books* e manuais de boas práticas, posiciona o projeto como um referencial estratégico para a democratização do acesso a competências informacionais, promovendo a escola como um espaço de defesa dos direitos humanos e da soberania crítica do cidadão frente aos algoritmos e às narrativas midiáticas complexas.

Os projetos de pesquisa devem focar na compreensão aprofundada de fenômenos e práticas educativas, que permitam aos mestrandos produzirem materiais educacionais de alta relevância e aplicabilidade, tais como:

4.1 Análise do impacto da desinformação na sala de aula

Pesquisa etnográfica ou estudo de caso que investigue como os estudantes e professores do Ensino Fundamental II ou Ensino Médio lidam com notícias falsas e teorias da conspiração. O produto educacional poderia ser um guia didático ou uma série



de videoaulas para professores sobre como abordar a desinformação de forma crítica e construtiva.

4.2 Mapeamento das práticas de letramento digital de adolescentes

Entrevistas e grupos focais com estudantes para compreender como eles consomem, produzem e compartilham conteúdo nas redes sociais. A pesquisa pode revelar padrões de comportamento e lacunas na capacidade de leitura crítica, subsidiando a criação de um aplicativo educacional ou um jogo de tabuleiro que simule desafios de verificação de fatos.

4.3 Avaliação da usabilidade de ferramentas de verificação de fatos (*fact-checking*) por professores

Um estudo para entender como os educadores de diferentes áreas do conhecimento utilizam ferramentas de verificação factual e quais são os desafios e oportunidades de integrar essa prática ao dia a dia escolar. O produto poderia ser um manual de boas práticas ou um curso *on-line* sobre como usar essas ferramentas em diferentes disciplinas.

4.4 Estudo sobre o uso de memes na construção de narrativas midiáticas

Análise de como os memes são produzidos, compartilhados e interpretados pelos jovens, focando em como eles podem ser usados para disseminar informações (e desinformação) ou expressar pontos de vista políticos. O produto educacional poderia ser uma oficina ou um *e-book* sobre como analisar e criar os memes de forma crítica e responsável.

Os seminários de aprofundamento são uma ferramenta de ensino e aprendizagem essencial, indo muito além de uma simples apresentação. Eles desempenham um papel crucial na formação acadêmica e profissional e proporcionam uma série de benefícios importantes, como: aprofundamento do conhecimento; desenvolvimento de habilidades críticas; estímulo à pesquisa e autonomia; melhoria da comunicação e oratória; e, construção de um ambiente colaborativo.

As avaliações são ferramentas essenciais para o processo de ensino aprendizagem. Elas fornecem informações valiosas que beneficiam tanto o professor quanto o estudante. Além das avaliações tradicionais, a disciplina de AMI pode adotar estratégias que



valorizem a aplicação prática e a reflexão crítica dos mestrandos, como *portfólio* de análises críticas, planejamento de propostas pedagógicas e elaboração de projetos midiáticos.

Conclui-se que a integração da AMI à formação docente inicial e continuada constitui um eixo estratégico para o fortalecimento da escola pública como espaço de formação ética, democrática e promotora de direitos.

Referências

- BNCC. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOTELHO KNEUBIL, F.; PIETROCOLA, M. A pesquisa baseada em design: visão geral e contribuições para o ensino de ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 1–16, ago. 2017.
- CORTES, T. P. B. B.; MARTINS, A. O.; SOUZA, C. H. M. Educação midiática, educomunicação e formação docente: parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases Scielo e Scopus. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e200391, p. 1-39, maio. 2018.
- EUROPEAN COMMISSION. **Digital Education Action Plan: policy background**. [S.I.]: [s.n], s.d. Disponível em: <https://education.ec.europa.eu/focus-topics/digital-education/plan>. Acesso em: 18 set. 2025.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- GRIZZLE, A.; MOORE, P; DEZUANNI, M; ASTHANA, S; WILSON, C; BANDA, F; ONUMAH, C. **Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para a formação de políticas e estratégias**. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.
- MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 8-18, jan./abr. 2008
- MOL, G. de S. Pesquisa qualitativa em ensino de química. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 495-513, dez. 2017.
- OECD. **Organisation for Economic Co-operation and Development**. [S.I.]: [s.n], s.d. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/programmes/pisa.html>. Acesso em: 18 set. 2025.
- WILSON, C.; GRIZZLE, A.; TUAZON, R.; AKYEMPONG, K.; CHEUNG, C. K. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para a formação de professores**. Brasília: Ed. UNESCO/IBICT/CNPq, 2011.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- Recebido em:** 06 de novembro de 2025.
Aceito em: 15 de janeiro de 2026.